



POLICY BRIEF

Irá a intervenção estrangeira pôr fim ao terrorismo em Cabo Delgado?

Borges Nhamirre

Alguns países de África, da Europa e da América do Norte estão diretamente envolvidos no combate à Insurgência, quer através de missões militares, quer através do treino de pessoal militar moçambicano. O presente policy brief centra-se no apoio prestado por empresas militares privadas, pelo Ruanda e pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. Salieta a importância da transparência e a necessidade de as missões estrangeiras serem coordenadas e adaptadas às necessidades locais.

Principais constatações

- ▶ A intervenção em Moçambique por parte da empresa militar privada russa, o Grupo Wagner, teve lugar no meio de sérias divergências entre a empresa e os militares moçambicanos.
- ▶ As milícias locais formadas por ex-combatentes macondes foram úteis para impedir o avanço dos insurgentes para o interior de Cabo Delgado.
- ▶ O acordo que permitiu a mobilização ruandesa em Moçambique carece de transparência e não foi aprovado pelo parlamento moçambicano.
- ▶ As tropas do Ruanda estão centradas em dois distritos localizados nas proximidades dos projetos de gás natural liquefeito em Cabo Delgado.
- ▶ A extensão da missão militar da SADC sob o cenário mais elevado (Rápida Capacidade de Mobilização) em outubro de 2021 deveu-se à presença contínua de insurgentes a sul da área ocupada pelas forças ruandesas.
- ▶ Em outubro de 2021, foi assinalada a presença de insurgentes nas províncias de Nampula e Niassa, limítrofes de Cabo Delgado.
- ▶ As forças da SAMIM estão a apelar a uma maior coordenação de todas as tropas em Cabo Delgado para assegurar o sucesso das operações e prevenir ataques entre forças aliadas.

Recomendações

A Moçambique:

- ▶ Reforçar a coordenação entre as forças estrangeiras presentes em Cabo Delgado
- ▶ Aumentar a presença militar na fronteira com a Tanzânia
- ▶ Adquirir equipamento militar e melhorar os salários dos soldados
- ▶ Aumentar as missões de reconhecimento e intensificar o trabalho dos serviços de inteligência militar
- ▶ Implementar programas de desradicalização e reintegração dos jovens capturados pelos terroristas
- ▶ Apoiar e intensificar o diálogo inter-religioso em curso

Ao Ruanda e à SADC:

- ▶ O mandato atual da SAMIM deve ser prorrogado de seis meses para, pelo menos, dois anos.
- ▶ A SADC deve envolver os países vizinhos de Moçambique para reforçar o controlo das fronteiras.
- ▶ Tanto a SADC como o Ruanda devem ajudar as forças militares moçambicanas a melhorar a

recolha de informações e a assegurar o respeito pelos direitos humanos das populações civis.

- ▶ A SADC e o Ruanda devem ajudar Moçambique a melhorar o apoio humanitário aos civis afetados pela insurgência.

À comunidade internacional:

- ▶ Incluir o respeito pelos direitos humanos, a proteção de civis em zonas de conflito, a disciplina, a integridade e a intolerância à corrupção no treino das forças armadas moçambicanas
- ▶ Prestar assistência no patrulhamento do Canal de Moçambique a fim de cortar as linhas de abastecimento logístico dos insurgentes e pôr fim ao tráfico ilícito de mercadorias
- ▶ Mobilizar apoio financeiro e técnico para Moçambique para desenvolver a região norte e a província de Cabo Delgado
- ▶ Prestar assistência a Moçambique na reconstrução das áreas destruídas por ataques terroristas e assegurar que as pessoas deslocadas internamente regressem em segurança às suas casas
- ▶ Prestar assistência a Moçambique na reforma do setor da segurança

Introdução

Moçambique enfrenta, desde outubro de 2017, ataques terroristas perpetrados por grupos extremistas violentos na província mais setentrional de Cabo Delgado, que causaram a morte de 2000¹ a 3000² pessoas. O número de deslocados internos foi superior a 730 000.

Na sequência da escalada do conflito³, muitos países ofereceram assistência militar, mas até 2020 Moçambique não aceitou esta ajuda, com a justificação de que “não quer criar uma salada de intervenções.”⁴

Durante cerca de dois anos, o Governo insistiu em descrever a insurgência como “ações perpetradas por criminosos”⁵ e elaborou a sua estratégia inicial de defesa com base nesta perceção do tipo de conflito. O Governo reagiu aos ataques, mobilizando primeiro a polícia e depois os militares, claramente mal treinados, para restabelecer a segurança nas zonas de conflito. A resposta do governo não tardou a revelar-se desastrosa, uma vez que os militantes continuaram a avançar no terreno, visando primeiro povoações remotas, onde mataram e decapitaram civis, incendiaram casas e forçaram as pessoas a abandonar as aldeias. Subsequentemente, atacaram as capitais de distritos, destruíram edifícios governamentais e infraestruturas económicas e assaltaram bancos⁶.

A perceção do Governo relativamente ao conflito alterou-se depois de os chamados *malfeitores* atacarem e ocuparem temporariamente as principais cidades dos distritos de Mocímbo da Praia, Muidumbe e Quissanga. Em Quissanga, os atacantes gravaram um vídeo transmitido nas redes sociais no qual um líder aparente do grupo revelou, em português, o objetivo dos ataques: “... a nossa luta é para substituir a bandeira da Frelimo por esta bandeira e (...) governar de acordo com a Lei de Alá.”⁷

O Conselho Nacional de Defesa e Segurança de Moçambique (CNDS) reuniu-se em abril de 2020 – o mesmo mês em que o vídeo foi difundido – e declarou que o conflito armado em Cabo Delgado é uma “agressão externa perpetrada por uma organização terrorista internacional”, que os ataques foram “reivindicados pelo Estado Islâmico, uma organização terrorista.”⁸

A chegada de empresas militares privadas

Do ponto de vista militar, falta a Moçambique a capacidade para aplicar uma solução prática em Cabo Delgado. As Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) enfermam de inúmeros problemas políticos e organizativos. Pouco depois do fim da guerra civil, que durou 16 anos, em 1992, o exército foi destruído e o equipamento militar de boa qualidade foi sabotado ou vendido por elites políticas. As armas foram roubadas ou abandonadas e, durante muitos anos, verificou-se uma falta de investimento nas forças armadas por parte de sucessivos governos⁹.

O presidente Filipe Nyusi, confrontado com a insurgência no Norte do país, procurou apoio internacional – inicialmente junto de um velho aliado de Moçambique desde o tempo da luta de libertação. Nyusi viajou para a Rússia, onde se encontrou com o presidente Vladimir Putin em agosto de 2019. No mês seguinte assistiu-se à mobilização do Grupo Wagner russo¹⁰.

Perante a incapacidade das forças governamentais para deter a insurgência, os antigos combatentes da guerra de libertação formaram milícias locais

Os termos do acordo pelo qual os militares russos foram destacados para Moçambique nunca foram tornados públicos. De igual modo, nem o custo da missão nem quem estava a custeá-la foram revelados ao povo moçambicano. Dois meses após a sua mobilização, em novembro de 2019, o Grupo Wagner retirou-se de Cabo Delgado devido a alegações de divergências com as tropas moçambicanas. Aparentemente, os soldados do Grupo Wagner queriam bombardear os locais identificados como bases dos insurgentes, enquanto os seus homólogos moçambicanos rejeitavam este plano¹¹. A confusão que se seguiu contribuiu provavelmente para cerca de uma dezena de baixas nas fileiras russas¹².

Verificou-se que o governo de Moçambique esperava que fossem destacados militares russos ao contrário de um contratante militar privado. No entanto, após a retirada do Grupo Wagner, Moçambique voltou-se

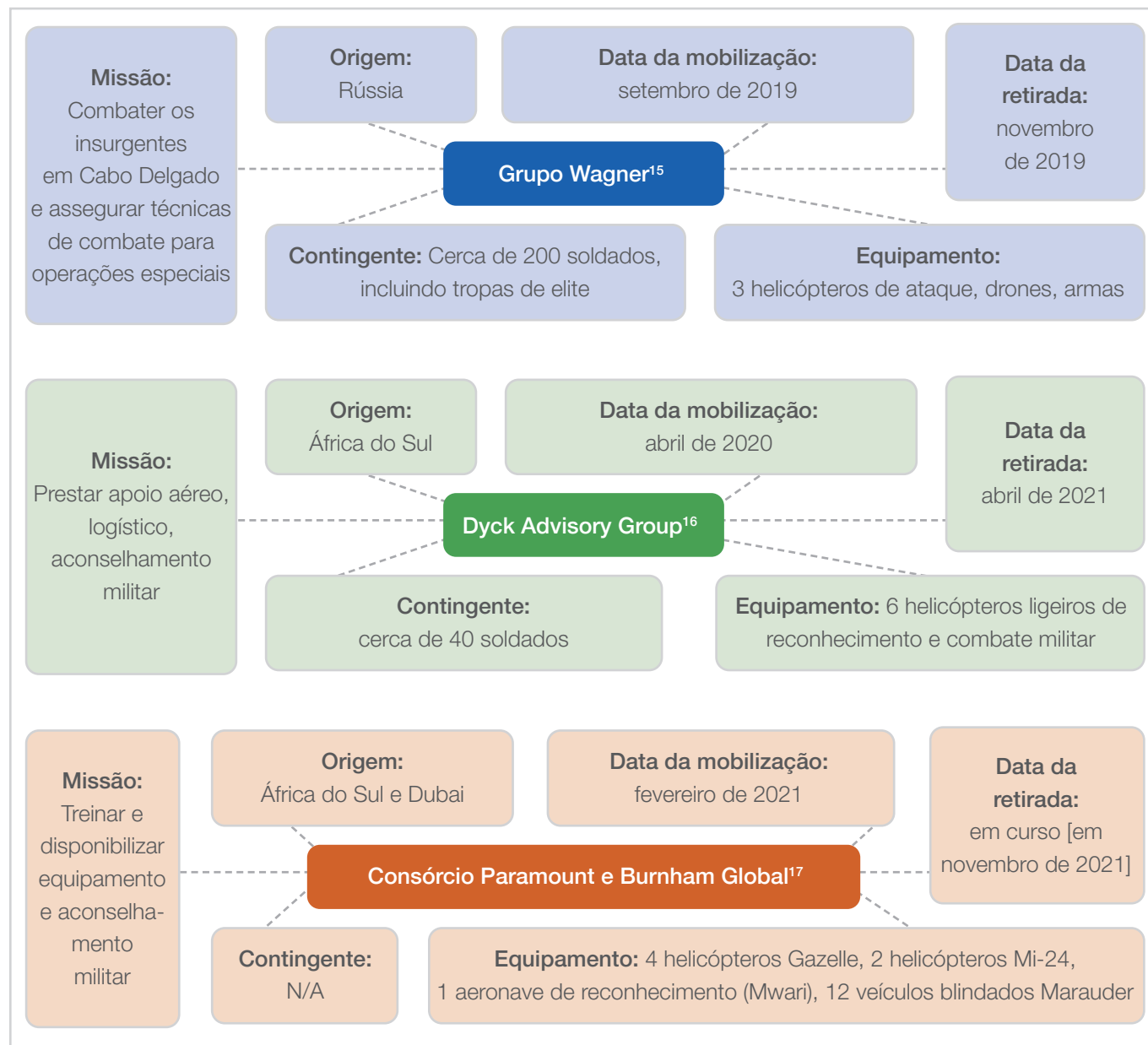
para outra empresa, de outro antigo aliado da Frelimo. O coronel Lionel Dyck, um líder militar reformado do Zimbabué, ajudou a Frelimo a combater a Renamo, um movimento da oposição, na década de 1980, durante a guerra civil moçambicana.

Em abril de 2020, chegaram a Cabo Delgado soldados do Dyck Advisory Group (DAG) em vários helicópteros civis que foram convertidos em helicópteros militares para prestar apoio aéreo vital. Os soldados do DAG envolveram-se imediatamente em combate, ajudando a manter os insurgentes afastados da capital provincial

Pemba¹³. Por essa altura, já os grupos terroristas estavam a atacar aldeias localizadas a cerca de 100 km de Pemba¹⁴.

Mais uma vez, os pormenores do contrato entre o governo de Moçambique e o DAG nunca foram revelados, o que demonstra uma falta de transparência e de responsabilização no que diz respeito à presença de empresas militares privadas em Moçambique. Contudo, um estudo dos custos financeiros do conflito de Cabo Delgado concluiu que o governo moçambicano pagou 30 milhões de dólares ao DAG entre abril de 2020 e abril

Quadro 1: Informações sobre as empresas militares privadas, 2019-2021



Fonte: autor

de 2021, período em que a empresa ajudou as forças governamentais a combater a insurgência¹⁸.

No entanto, mesmo com a ajuda do DAG em Cabo Delgado, as tropas governamentais revelaram-se incapazes de conter os ataques de grupos extremistas violentos. O DAG, todavia, estava a operar numa situação de desvantagem. O grupo instalou a sua base em Pemba, o que lhe deu pouco tempo para organizar uma resposta armada contra os rebeldes¹⁹.

A tomada de Mocímboa da Praia permitiu que os insurgentes executassem o seu plano com eficácia em Palma

Em fevereiro de 2021, o Governo de Moçambique contratou uma terceira empresa para fornecer equipamento militar, formação e aconselhamento. Desta feita, a escolha recaiu sobre um consórcio constituído pelo Grupo Paramount, sediado na África do Sul, e a Burnham Global, sediada no Dubai²⁰.

Confrontados com a incapacidade das forças governamentais para deter a insurgência, mesmo com apoio militar privado, os ex-combatentes da guerra de libertação nos distritos de predominância maconde em

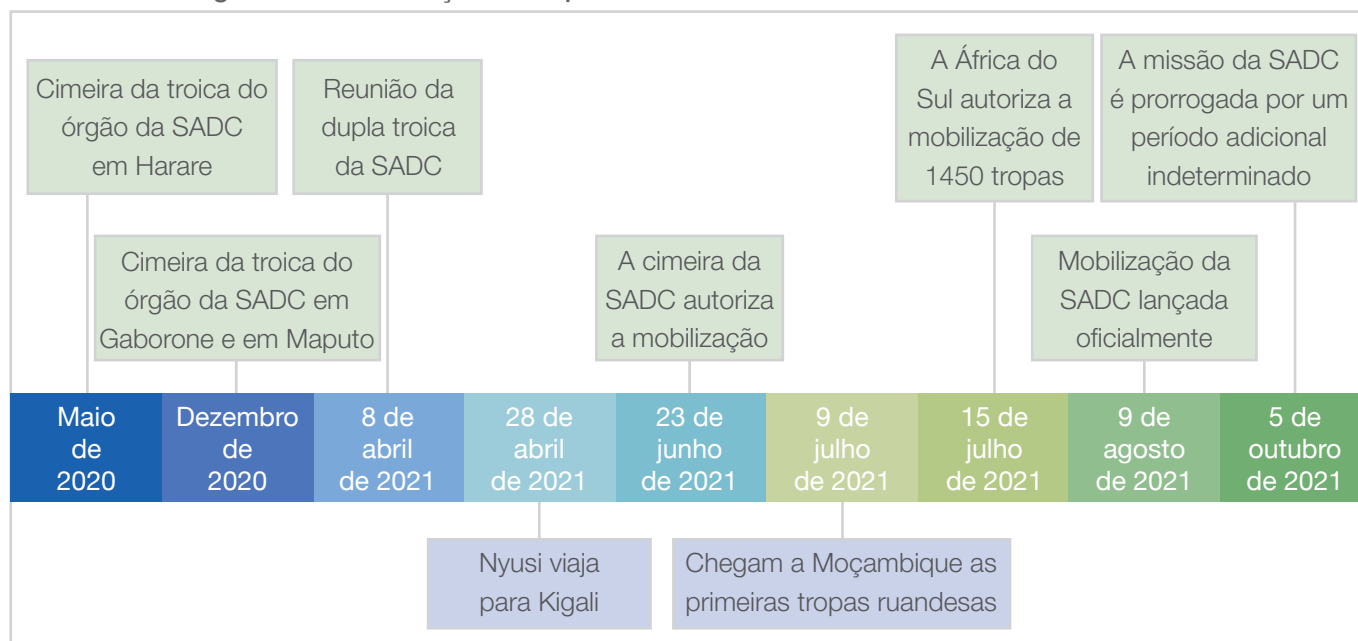
Cabo Delgado formaram milícias locais para combater os insurgentes. A contribuição das milícias ainda não foi estudada aprofundadamente, mas tudo indica que foram úteis para conter o avanço dos insurgentes para distritos como Mueda e Muidumbe²¹.

Ataque a Palma internacionaliza o conflito

Um ataque de grandes proporções à vila de Palma em março de 2021 resultou na morte de dezenas de pessoas, incluindo expatriados que trabalhavam na construção de uma refinaria de extração de gás natural liquefeito (GNL), orçamentada em milhares de milhões de dólares. O ataque fez soar o alarme na comunidade internacional, demonstrando a seriedade do conflito em Cabo Delgado. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) mobilizou-se rapidamente para debelar a situação de insegurança, convocando várias reuniões (quadro 2)²².

Seis meses antes do ataque a Palma, tinha-se dado um ponto de viragem no conflito quando os rebeldes tomaram Mocímboa da Praia²³. A tomada e subsequente controlo de Mocímboa da Praia tornou possível aos insurgentes planear e executar um plano geral em Palma. As operações em Palma, porém, internacionalizaram-se devido ao ataque dos insurgentes a um hotel frequentado por estrangeiros. A tomada de Mocímboa

Quadro 2: Cronograma da mobilização de tropas ruandesas e da SADC



da Praia constituiu a maior operação dos insurgentes e a sua destruição excedeu largamente os danos infligidos em Palma.

Após o ataque a Palma, uma missão de avaliação técnica da SADC conduzida em Cabo Delgado de 15 a 21 de abril de 2021 propôs “a mobilização imediata da Força de Reserva da SADC para apoiar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) no combate à ameaça de terrorismo e a atos de extremismo violento em Cabo Delgado”. Foi recomendado que as operações incluíssem o destacamento de recursos e pessoal dos serviços de informações nos domínios terrestre, aéreo e marítimo²⁴.

Tal como os destacamentos do Grupo Wagner e do DAG, o acordo relativo à mobilização de tropas ruandesas não é público

Em 28 de abril de 2021, Nyusi viajou para Kigali para uma “consulta” com o presidente do Ruanda, Paul Kagame, com quem teve uma “discussão sobre a experiência do Ruanda no combate ao terrorismo e ao extremismo violento”²⁵.

Moçambique rejeitou inicialmente qualquer apoio que resultasse no envio de tropas estrangeiras para o terreno, como uma operação tradicional de manutenção da paz, argumentando que a insurgência era uma crise interna que Moçambique era capaz de gerir. O Governo salientou que a soberania do país era inviolável, preferindo optar pelo recurso a empresas de segurança privadas para complementar os esforços das forças de segurança moçambicanas, solicitando ao mesmo tempo apoio não militar (equipamento, fundos e assistência técnica) à comunidade internacional.

Em conformidade com esta política, Maputo mostrou-se relutante em receber apoio militar da SADC na forma de forças terrestres, apesar do recrudesimento dos ataques em Cabo Delgado e da incapacidade das forças locais de defesa e segurança para conter a insurgência crescente²⁶.

Por conseguinte, não constituiu surpresa a viagem de Nyusi a Kigali no mesmo dia em que foi marcada uma cimeira decisiva sobre a mobilização das forças da SADC para Cabo Delgado. A cimeira da SADC foi adiada em tempo indeterminado e Nyusi regressou de Kigali com o que parecia ser uma “solução na bagagem”. Semanas após a reunião entre os dois presidentes, começaram a chegar a Cabo Delgado forças militares ruandesas para missões de reconhecimento, tendo em vista a preparação para a mobilização.

A mobilização das tropas da SADC só foi aprovada em 23 de junho de 2021, quando a cimeira da SADC aprovou as propostas apresentadas pela sua missão de avaliação técnica²⁷. E, embora a Força de Rápida Intervenção da SADC tenha recebido luz verde para a sua mobilização para Cabo Delgado, Moçambique dificultou o início das operações ao assinar o acordo

CERCA DE

20

PAÍSES DE ÁFRICA, EUROPA E
AMÉRICA DO NORTE
ESTÃO ENGAJADOS EM
CABO DELGADO

sobre o estatuto das forças da SADC apenas no último dia previsto para o envio das tropas²⁸.

Mobilização e acordos secretos com o Ruanda

A 9 de julho de 2021, o Ruanda enviou o seu primeiro contingente de 1000 homens e mulheres das forças armadas e da polícia para conduzir operações em Cabo Delgado. A sua função consistiria essencialmente em realizar o trabalho que competia, em princípio, à Força de Intervenção da SADC. A chegada das forças ruandesas a Moçambique foi anunciada pelo governo ruandês. Os dirigentes da SADC, a oposição e as organizações de defesa dos direitos em Moçambique foram apanhados de surpresa, uma vez que não tinha havido qualquer comunicação oficial de Moçambique sobre o destacamento de forças ruandesas para Cabo Delgado²⁹.

Tal como aconteceu com o destacamento do Grupo Wagner e do DAG, o acordo que permite a mobilização de tropas ruandesas para Cabo Delgado não é de domínio público. Embora seja um acordo intergovernamental que exige supervisão parlamentar, o Parlamento moçambicano não foi notificado de tal acordo.

O sucesso alcançado pelas forças ruandesas em Cabo Delgado pode encobrir a forma como as tropas foram destacadas para Moçambique

Também não existe um acordo de cooperação militar entre os dois países que seja do domínio público, o que suscita preocupações sobre a legalidade da intervenção militar ruandesa em Cabo Delgado. O primeiro Acordo Geral de Cooperação entre Moçambique e o Ruanda foi assinado em 6 de julho de 1990, pelos presidentes Juvénal Habyarimana (Ruanda) e Joaquim Chissano (Moçambique). Tal como o nome sugere, o Acordo Geral de Cooperação constitui um amplo acordo, que Nyusi e Kagame só viriam a reativar numa reunião realizada em Maputo em 24 e 25 de outubro de 2016³⁰.

Após sucessivas interpelações públicas sobre o quadro jurídico que permitiu a intervenção militar ruandesa em Moçambique, Nyusi apresentou a seguinte explicação: “As forças ruandesas estão no nosso país ao abrigo

do acordo bilateral entre os nossos dois países no âmbito da segurança” e anunciou “um memorando de entendimento com o governo da República do Ruanda sobre a cooperação do sector da Defesa e Segurança e o acordo relativo ao estatuto da Força de Apoio no combate ao terrorismo em Moçambique.”³¹

Estes acordos não foram ratificados pelo Parlamento ou pelo Conselho de Ministros em Moçambique nem publicados no Boletim da República, tal como a Constituição do país estabelece. O sucesso alcançado até à data pelas forças ruandesas em Cabo Delgado pode encobrir a forma não transparente como as tropas ruandesas foram destacadas para Moçambique.

Tropas estrangeiras conseguem resultados rápidos

No total, mais de 20 países de África, da Europa e da América do Norte estão diretamente envolvidos no combate à insurgência em Cabo Delgado, tanto em termos de operações militares como de treino de pessoal militar moçambicano (quadro 3).

Primeiro as tropas ruandesas e, subsequentemente, os forças da Missão Militar da SADC (SAMIM) ajudaram Moçambique a conter significativamente os ataques em Cabo Delgado. Em pouco mais de dois meses da sua presença em Moçambique, as tropas ruandesas ajudaram a consolidar o controlo governamental no distrito de Palma e a desalojar os insurgentes das suas principais bases no distrito de Mocímboa da Praia, incluindo a retomada da cidade de Mocímboa da Praia, que durante cerca de um ano tinha sido ocupada pelos insurgentes.

As rápidas conquistas do Ruanda deveram-se à melhor experiência do país em combate, mas também a melhores equipamentos, o que lhe permitiu uma grande superioridade sobre os insurgentes. Embora já tivessem identificado as bases dos insurgentes, as forças armadas moçambicanas não tinham capacidade para desalojar os insurgentes. As tentativas realizadas no passado tinham resultado em fracassos e, em alguns casos, em tragédias³².

As tropas da SAMIM entraram no campo de batalha cerca de um mês após o contingente ruandês. Foi atribuído às forças da SADC um maior número de distritos em comparação com os ruandeses. As tropas

Quadro 3: Tropas estrangeiras destacadas para Moçambique a fim de ajudar a combater a insurgência

País de mobilização	Estimativa de efetivos	Tipo de missão	Data da mobilização	Duração da missão	Observações
Ruanda	± 2000, o dobro do anúncio oficial	Operações militares	Julho de 2021	Indeterminada	Após as operações, as tropas conduzirão missões de segurança em zonas recapturadas e treinarão as forças armadas e a polícia moçambicanas
África do Sul	270 dos 1495 previstos	Operações militares	Agosto de 2021	3 meses, prorrogados indefinidamente	A missão da África do Sul é integrada na SAMIM. Dispõe de uma maior presença e de mais equipamento militar para operações terrestres e para a segurança marítima. A África do Sul assume o comando da SAMIM
Angola	20	Transporte aéreo/logística	Agosto de 2021	3 meses, prorrogados indefinidamente	Parte da SAMIM
Botsuana	296	Operações militares	Agosto de 2021	3 meses, prorrogados indefinidamente	Parte da SAMIM
Lesoto	70	Operações militares	Agosto de 2021	3 meses, prorrogados indefinidamente	Parte da SAMIM
Malawi	1	Perito militar	Agosto de 2021	3 meses, prorrogados indefinidamente	Parte da SAMIM
Tanzânia	277	Operações militares	Agosto de 2021	3 meses, prorrogados indefinidamente	Parte da SAMIM
Zimbabué	1	Perito militar	Agosto de 2021	3 meses, prorrogados indefinidamente	Parte da SAMIM

País de mobilização	Estimativa de efetivos	Tipo de missão	Data da mobilização	Duração da missão	Observações
UE (Portugal, Finlândia, Espanha, Itália, França, Grécia, Roménia, Bélgica, Luxemburgo, Estónia)	140	Treino militar e assistência a nível de equipamentos não letais	Novembro de 2021	2 anos	Treino de 2000 forças especiais moçambicanas a partir de 1 de novembro. Com base no Maputo para treino das forças navais e na província de Manica para treino de comandos
EUA	N/A	Treino militar, apoio médico e em equipamento de comunicação	Março de 2021	2 meses	Em agosto de 2021, os EUA anunciaram um segundo programa militar conjunto de exercícios bilaterais, no âmbito do Joint Combined Exchange Training, que disponibilizou forças de operações especiais para treinar comandos moçambicanos

Fonte: compilação do autor com base em vários documentos e entrevistas³³
A SADC prorrogou a missão da SAMIM em 5 de outubro de 2021 por um período indeterminado.

da SAMIM estão em Nangane, Macomia, Mueda e têm uma presença no oceano Índico, onde forças navais sul-africanas patrulham Canal de Moçambique. Após um período inicial de silêncio, a SAMIM começou a divulgar informações sobre as suas operações, em que indica que as tropas estão a destruir as bases dos rebeldes, a apreender equipamento e a resgatar civis raptados³⁴.

Apesar dos sucessos alcançados pelas tropas estrangeiras no terreno, os insurgentes continuam ativos na província de Cabo Delgado. Há sinais claros de que estão a dispersar-se em pequenos grupos e a deslocar-se para os distritos do sul. Os meios de comunicação social moçambicanos têm noticiado ataques frequentes nos distritos de Quissanga e Macomia, um alerta para o facto de que uma insurgência terrorista de quatro anos não pode ser derrotada em dois meses³⁵.

Conclusão

Apesar dos progressos no combate ao extremismo violento em Cabo Delgado, há ainda um longo caminho a percorrer. Após mais de uma década de radicalização das populações locais e de uma insurgência armada de vários anos, três meses de intervenção estrangeira representam apenas o início do processo de construção da paz e da estabilidade em Cabo Delgado.

O terrorismo é um fenómeno transnacional em que os combatentes estrangeiros deixam os seus países de origem para se juntarem a organizações noutros Estados ou para se deslocarem de uma nova zona de conflito para outra. As organizações terroristas têm frequentemente membros e células em diversos países, utilizando os meios de comunicação e a Internet para

Quadro 4: Distritos em Cabo Delgado onde estão destacadas tropas ruandesas e da SADC



coordenar e comunicar as suas operações, bem como para transferir dinheiro e outros ativos entre fronteiras a fim de apoiar as suas atividades. Utilizam redes criminosas internacionais de tráfico para angariar fundos e adquirir armas, competências e explosivos.

Os insurgentes estão agora a dispersar-se em pequenos grupos e a avançar para os distritos do sul

Alguns dos combatentes do grupo armado que opera em Cabo Delgado têm fortes ligações a combatentes de outros países ou são originários de outros países, o que torna o combate à insurgência uma questão complexa que envolve vários intervenientes estatais e não estatais. Para tal, é necessária uma grande coordenação entre as forças presentes no terreno e um planeamento cuidadoso para alcançar os resultados desejados.

Recomendações a Moçambique

- Deve ser reduzida a interferência do alto comando militar em Maputo nas decisões tomadas no teatro de operações.
- Os programas de treino das forças moçambicanas devem incluir a formação de agentes dos serviços de

informações para fazerem face a ameaças terroristas de forma atempada. Os cursos devem igualmente incluir questões como o cumprimento da lei, o respeito pelos direitos humanos, a disciplina e a integridade.

- Deve ser reforçada a coordenação entre as várias forças presentes em Cabo Delgado.
- Devem ser criadas “ilhas de integridade” em programas de combate ao terrorismo através da tolerância zero ao nepotismo, ao suborno e ao tráfico de influências no acesso aos serviços públicos. Deve ser garantida a gestão e a distribuição eficazes da ajuda às pessoas deslocadas internamente.
- É necessário adquirir equipamento militar para todos os ramos e subespecialidades do Exército. A logística deve ser mais bem organizada e os salários do pessoal militar devem ser melhorados (são considerados dos mais baixos em Moçambique).
- A presença militar na fronteira com a Tanzânia deve ser reforçada para aumentar a capacidade da Polícia da Guarda Fronteira.
- As missões de reconhecimento devem ser aumentadas e o trabalho dos serviços de inteligência e contrainteligência militares deve ser intensificado em todos os pontos prováveis de dispersão de insurgentes.

- Devem ser desenvolvidos e implementados programas de desradicalização e reintegração social dos jovens capturados em bases terroristas.
- O diálogo inter-religioso em curso no seio das diferentes orientações do islão, do cristianismo e de outras religiões reconhecidas em Moçambique deve ser desenvolvido e intensificado, especialmente nos distritos agora afetados pela inusrgência. O seu objetivo deve consistir em inculcar os princípios da coabitação e de respeito.
- Deve ser promovida uma política de indultos e reconciliação entre as populações locais, sobretudo entre diferentes grupos étnicos.
- São necessárias na região oportunidades de emprego e políticas de desenvolvimento rural. O projeto em curso da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) do Governo é um bom modelo, mas deve ser gerido como uma ilha de integridade.
- Devem ser oferecidos cursos de formação técnica às comunidades circunvizinhas dos projetos de gás natural liquefeito para permitir o emprego de mão de obra local no setor do gás.
- A boa governação e a rejeição da corrupção devem ser promovidas no aparelho de Estado.

Recomendações ao Ruanda e à SADC

- A SAMIM deve prorrogar o período atual da missão de seis meses para, pelo menos, dois anos.
- A SADC deve envolver os países limítrofes de Moçambique no reforço do controlo das fronteiras de modo a impedir a entrada e a saída de insurgentes em e de Moçambique.
- Tanto a SADC como o Ruanda devem ajudar as forças de defesa e segurança moçambicanas a reunir informações que permitam distinguir os insurgentes das populações civis nas comunidades em que a SADC está inserida.
- As forças de defesa e segurança de Moçambique devem ser treinadas para detetar e neutralizar ameaças de natureza diversa, incluindo o movimento de insurgentes através das fronteiras terrestres e marítimas.
- A SADC e o Ruanda devem ajudar as forças de defesa e segurança moçambicanas a desenvolver uma doutrina de combate disciplinada, a pôr fim às atrocidades cometidas contra civis e a respeitar os direitos humanos.
- A SADC e o Ruanda devem ajudar as forças de defesa e segurança moçambicanas a estabelecer mecanismos de resposta em matéria de apoio humanitário aos civis afetados pela insurgência.
- A SADC e o Ruanda devem ajudar Moçambique a estabelecer serviços eficazes de aplicação coerciva da lei na região afetada pela insurgência.
- É urgente que todas as forças, incluindo a SADC, o Ruanda e as forças de defesa e segurança de Moçambique, reforcem a comunicação, a

EM
2
MESES, AS FORÇAS
RUANDESAS AJUDARAM A
CONSOLIDAR O CONTROLO
DE PALMA PELO GOVGERNO

coordenação e a cooperação operacionais em todos os aspetos da luta contra a insurgência. Deste modo, previnem-se mal-entendidos, a tendência para duplicar esforços e a utilização ineficiente de recursos.

Recomendações à UE e aos EUA

- O treino das forças armadas moçambicanas deve incluir o respeito pelos direitos humanos e a necessidade de proteger os civis em zonas de conflito. Os cursos de formação devem também abranger assuntos como a disciplina, a integridade e uma intolerância à corrupção nas operações militares.
- Ajudar a patrulha no Canal de Moçambique para cortar os sistemas logísticos dos insurgentes e o tráfico ilícito de mercadorias.

Recomendações à UA, à ONU e à comunidade internacional mais ampla

- Deve ser mobilizado apoio financeiro e técnico para Moçambique para desenvolver a região norte e, em

particular, a província de Cabo Delgado.

- O Governo de Moçambique deve ser incentivado a respeitar os direitos humanos das populações em zonas de conflito.
- Moçambique precisa de ajuda para reconstruir áreas destruídas por ataques terroristas e assegurar que as pessoas deslocadas internamente regressem em segurança às suas casas.
- Deve ser incentivada e apoiada a reforma dos setores da defesa e da segurança a fim de criar forças mais profissionais e comprometidas com a integridade no cumprimento das suas missões.
- Moçambique precisa de ajuda para promover a boa governação em Cabo Delgado, livre de corrupção e centrada nas necessidades dos cidadãos.
- Moçambique precisa de apoio para o estabelecimento de instituições robustas e dotadas de legitimidade, nas quais a população possa confiar.

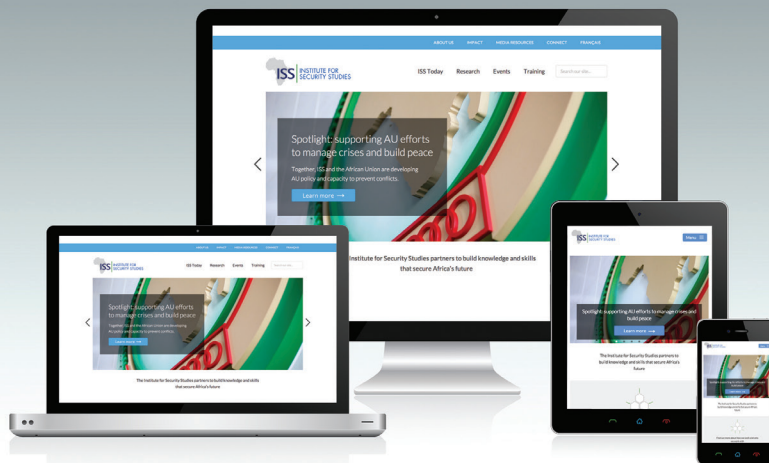
Notas

- 1 OCHA, Relatório sobre a situação em Moçambique, 1 de junho de 2021, <https://reports.unocha.org/en/country/mozambique/> [consultado em 2 de agosto de 2021].
- 2 Cabo Ligado Weekly, ACLED, 27 de setembro–3 de outubro, <https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2021/10/Cabo-Ligado-69.pdf> [consultado em 10 de outubro de 2021].
- 3 Ten Conflicts To Worry About in 2021, ACLED, https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2021/02/ACLED_10Conflicts_2021_Web_Final.pdf [consultado em 20 de agosto de 2021].
- 4 República de Moçambique, Informação Anual do Chefe Do Estado à Assembleia da República Sobre a Situação Geral Da Nação, 2020, www.presidencia.gov.mz/por/Media/Files/10-Informe-2020 [consultado em 20 de agosto de 2021].
- 5 Polícia Moçambicana diz que Atacantes de Cabo Delgado Não Têm Rosto, VOA, 2019, www.voaportugues.com/a/pol%C3%ADcia-moçambicana-diz-que-atacantes-de-cabo-delgado-não-têm-rosto/4982070.html [consultado em 25 de agosto de 2021].
- 6 Insurgents kill eight persons, burn down 70 houses in Cabo Delgado, *Boletim sobre o processo político em Moçambique*, AWEPA, 2019, <https://clubofmozambique.com/news/insurgents-kill-eight-persons-burn-down-70-houses-in-cabo-delgado-mozambique-141900/> [consultado em 2 de agosto de 2021].
- 7 Jihadistas Ocupam Vila Moçambicana e Divulgam Vídeo em Português, *Sábado*, 2020, www.sabado.pt/mundo/detalhe/jihadistas-ocupam-vila-mocambicana-e-divulgam-video-em-portugues [consultado em 15 de agosto de 2021].
- 8 República de Moçambique, *Comunicado do Conselho Nacional De Defesa E Segurança*, 2020, www.presidencia.gov.mz/por/content/download/8757/62236/version/1/file/COMUNICADO+DE+IMPRESA+23.04.2020+-+CNDS+%3D.pdf [consultado em 22 de agosto de 2021].
- 9 Em 2001, por exemplo, cerca de 10 anos após o fim da guerra civil, as despesas militares de Moçambique ascendiam a 51 milhões de USD, mas depois do eclodir do conflito em Cabo Delgado, atingiram 217 milhões de USD em 2019.
- 10 J Flanagan, Mozambique calls on Russian Firepower, *The Times*, 2019, www.thetimes.co.uk/article/mozambique-calls-on-russian-firepower-t2205dxh9 [consultado em 2 de agosto de 2021].
- 11 Entrevista a um oficial de alta patente do Exército em 22 de agosto de 2021, em Maputo.
- 12 B Hill, How Putin's 'superhuman' Wagner Group mercenaries FLED 'war-zone' Mozambique leaving ISIS to launch beheading blitz, *The Sun*, 2021, www.thesun.co.uk/news/14520356/vladimir-putin-wagner-group-mozambique-retreat-isis/ [consultado em 8 de agosto de 2021].
- 13 D McKenzie, Leader of mercenary group in Mozambique says that ISIS-linked insurgents hold Palma, *CNN*, 2021, <https://edition.cnn.com/2021/03/30/africa/lionel-dyck-mozambique-insurgents-hold-palma-intl/index.html> [consultado em 2 de agosto de 2021].
- 14 Moçambique: Instituições do Estado em Quissanga encerradas após ataques, DW, 2020, www.dw.com/pt-002/moçambique-instituições-do-estado-em-quissanga-encerradas-após-ataques/a-54102122 [consultado em 4 de agosto de 2021].
- 15 Entrevista a um comandante militar moçambicano em Cabo Delgado em 17 de setembro de 2021.
- 16 Perito militar sul-africano entrevistado por telefone em 22 de setembro de 2021.
- 17 A Bande e L Constantino, How much does the State spend on the war in Cabo Delgado and how does it spend it? *CIP*, 2021, www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/08/How-much-does-the-State-spend-on-the-war-in-Cabo-Delgado-and-how-does-it-spend-it-1-1.pdf [consultado em 29 de setembro de 2021].
- 18 A Bande e L Constantino, How much does the State spend on the war in Cabo Delgado and how does it spend it?, *CIP*, 2021, www.cipmoz.org/pt/2021/08/10/external-control-of-defence-and-security-expenditure-how-much-does-the-state-spend-on-the-war-in-cabo-delgado-and-how-does-it-spend-it/ [consultado em 9 de setembro de 2021].
- 19 Perito militar sul-africano entrevistado por telefone em 2 de agosto de 2021.
- 20 Burnham Global, Paramount Group and Burnham Global Sign Training Contract With African Government, 2021, <https://burnham.global/news-insights/paramount-group-and-burnham-global-sign-training-contract/> [consultado em 10 de agosto de 2021].
- 21 Mozambique: Militia ambush Cabo Delgado terrorists, *AIM*, 2020, <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-militia-ambush-cabo-delgado-terrorists-aim-report-173310/> [consultado em 4 de agosto de 2021].
- 22 SADC, Comunicado Final da Cimeira Extraordinária Dos Chefes de Estado e de Governo da Dupla Troika da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, 2021.
- 23 Mocimboa da Praia: Key Mozambique port 'seized by IS', *BBC*, 2020, www.bbc.com/news/world-africa-53756692 [consultado em 2 de agosto de 2021].
- 24 SADC, Report of the Double Troika plus Angola Technical Assessment Mission to the Republic of Mozambique on the Assessment of the Security Situation in Cabo Delgado and Required Regional Support, 2021 [não publicado].
- 25 MINEC, Presidente Nyusi em consultas com o Presidente Kagame, 2021, www.minec.gov.mz/index.php/imprensa/destaques/545-presidente-nyusi-em-consultas-com-o-presidente-kagame [consultado em 2 de agosto de 2021].
- 26 Do money and power explain Maputo's aversion to SADC support? *ISS Today*, 2021, <https://issafrica.org/iss-today/do-money-and-power-explain-maputos-aversion-to-sadc-support> [consultado em 29 de setembro de 2021].
- 27 Southern African nations agree to deploy forces to Mozambique, *Al Jazeera*, 2021, www.aljazeera.com/news/2021/6/23/southern-african-nations-agree-to-deploy-forces-to-mozambique [consultado em 3 de agosto de 2021].

- 28 Pending agreement delays deployment of standby SADC troops to Mozambique, SABC, 2021, www.sabcnews.com/sabcnews/sadc-standby-force-to-mozambique-delayed/?fbclid=IwAR3Y3ctL9Vt__N_bcfwAul6IQwb0TIKmpuXl_aNLAYvit4K1RUfAcHrOFI [consultado em 3 de agosto de 2021].
- 29 B Nhamirre, Mozambicans divided over Rwandan deployment, *ISS Today*, 2021, <https://issafrika.org/iss-today/mozambicans-divided-over-rwandan-deployment> [consultado em 3 de agosto de 2021].
- 30 MINEC, Presidentes Nyusi e Kagame reactivam a cooperação Moçambique-Ruanda, 2016, www.minec.gov.mz/index.php/impressa/destaques/164-presidentes-nyusi-e-kagame-reactivam-a-cooperacao-mocambique-ruanda [consultado em 9 de setembro de 2021].
- 31 F Nyusi, Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, sobre a Situação de Segurança na Província de Cabo Delgado, p. 12.
- 32 Cabo Ligado Monthly, ACLED, julho de 2021, www.caboligado.com/monthly-reports/cabo-ligado-monthly-july-2021 [consultado em 9 de setembro de 2021].
- 33 Fonte militar moçambicana entrevistada em Maputo em 7 de setembro de 2021.
- 34 SAMIM, Comunicado de imprensa: Samim Restores Public Confidence and Economic Activities Return, 14 de setembro de 2021.
- 35 A Baptista, 2021, Novos ataques provocam mais de 15 mortos em Quissanga. *VOA*, 2021 [consultado em 26 de setembro de 2021].

Visite o nosso website para as mais recentes análises,
perspetivas e notícias

O Instituto de Estudos de Segurança estabelece parcerias para desenvolver
conhecimentos e competências que assegurem o futuro de África



Passo 1 Visite www.issafrica.org

Passo 2 Desloque-se até ao canto inferior direito da página inicial do ISS e forneça os seus dados para a subscrição

Sobre o autor

Borges Nhamirre é um jornalista e investigador com mais de 10 anos de experiência em política e governação moçambicanas. É licenciado em relações internacionais e diplomacia pelo Instituto Superior de Relações Internacionais de Maputo e em direito pela Universidade Eduardo Mondlane de Maputo. É consultor no domínio da investigação no ISS (Instituto de Estudos de Segurança), em Pretória.

Sobre os policy briefs do ISS

Os documentos de políticas fornecem uma análise concisa para fundamentar os debates e a tomada de decisões atuais. Os principais resultados ou recomendações estão enumerados na página da contracapa e os infográficos permitem aos leitores ocupados compreender rapidamente os pontos principais.

Sobre o ISS

O Instituto de Estudos de Segurança (ISS) estabelece parcerias para desenvolver conhecimentos e competências que assegurem o futuro de África. O ISS é uma organização africana sem fins lucrativos com escritórios na África do Sul, no Quênia, na Etiópia e no Senegal. Utilizando as suas redes e influência, o ISS disponibiliza investigação política oportuna e credível, formação prática e assistência técnica aos governos e à sociedade civil.

Parceiros de desenvolvimento



O presente documento de políticas é financiado pela Fundação Hanns Seidel. O ISS agradece também o apoio dos membros do Fórum de Parcerias do ISS: a Fundação Hanns Seidel, a União Europeia, as Fundações da Open Society e os governos do Canadá, Dinamarca, Irlanda, Holanda, Noruega, Suécia e EUA.

© 2021, Institute for Security Studies

Os direitos de autor sobre a globalidade do volume pertencem ao Instituto de Estudos de Segurança e ao autor, estando proibida a reprodução total ou parcial de qualquer uma das suas partes sem a autorização expressa, por escrito, tanto do autor como dos editores.

As opiniões expressas não refletem necessariamente as do ISS, dos seus administradores, dos membros do Conselho Consultivo ou dos doadores. Os autores contribuem para as publicações do ISS a título pessoal.

Imagem da capa: Paul Kagame/Flickr

